

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1810)**

DANIEL FELBINGER COSSU DA SILVEIRA

**ANTECEDENTES DO MOVIMENTO DE 64: JOÃO GOULART E O AUMENTO DA
INSTABILIDADE NO BRASIL (1961-1964)**

Resende

2018

DANIEL FELBINGER COSSU DA SILVEIRA

**ANTECEDENTES DO MOVIMENTO DE 64: JOÃO GOULART E O AUMENTO DA
INSTABILIDADE NO BRASIL (1961-1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Academia Militar das
Agulhas Negras como parte dos
requisitos à Conclusão do Curso de
Bacharel em Ciências Militares, sob a
orientação do Cel R1 Inf Luiz Emílio
Da Cás.

Resende

2018

DANIEL FELBINGER COSSU DA SILVEIRA

**ANTECEDENTES DO MOVIMENTO DE 64: JOÃO GOULART E O AUMENTO DA
INSTABILIDADE NO BRASIL (1961-1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Academia Militar das Agulhas Negras como parte dos requisitos à Conclusão do Curso de Bacharel em Ciências Militares, sob a orientação do Cel R1 Inf Luiz Emílio Da Cás.

COMISSÃO AVALIADORA

Cel R1 Inf Luiz Emílio Da Cás – Orientador

Cel R1 Int Durland Puppim de Faria – Orientador

Cap QCO Alexander Soares Elias – Orientador

Resende

2018

Dedico este trabalho aos meus pais e aos meus
companheiros de turma

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos meus pais que me criaram como uma pessoa íntegra e incentivaram meu hábito de leitura, ajudando a desenvolver meu pensamento crítico e me mostrando o outro lado da história, o lado que não é contado nas escolas, mas que existe.

Agradeço aos meus professores de história do Ensino Fundamental e Médio: Tânia, Ênio e Kaká e do Curso Pré-Militar: Paulo Ó (em memória) por me apresentarem à História e por ensiná-la de forma bem dinâmica e descontraída, como deve ser, transformando-a em um de meus hobbies.

Agradeço ao meu orientador, Cel Da Cás que, como professor de História no 2º ano da AMAN, me despertou também para o aprendizado da parte de História Militar e, indiretamente, deu o pontapé inicial para que fizesse este Trabalho.

Agradeço, por último a todas as pessoas civis e militares que trabalharam para a manutenção da democracia no país e que, assim, garantiram as liberdades individuais, permitindo que este trabalho pudesse ser feito conforme o desejo do autor.

RESUMO

SILVEIRA, Daniel Felbinger Cossu da. **Antecedentes do Movimento de 64: João Goulart e o aumento da instabilidade no Brasil (1961-1964)**. Resende: AMAN, 2018. Monografia.

A presente pesquisa abordou o tema dos antecedentes do Movimento de 64, tendo como objetivo central analisar se as medidas adotadas pelo Presidente João Goulart no período de 1961 a 1964 contribuíram para construir um quadro de instabilidade econômica, política e social que necessitasse da intervenção do Exército Brasileiro, de acordo com o que manda a Constituição vigente da época, para a restauração da ordem e a manutenção das instituições democráticas. No desenvolvimento, foram levantados, utilizando-se da metodologia bibliográfica os antecedentes do Governo João Goulart e depois analisadas as ações que o Presidente tomou no governo e suas consequências. Por fim, concluiu-se que as decisões tomadas pelo Presidente João Goulart foram responsáveis diretas pelo aprofundamento da crise.

Palavras-chave: Antecedentes. Instabilidade. João Goulart.

ABSTRACT

SILVEIRA, Daniel Felbinger Cossu da. **History of the Movement of 64: João Goulart and the increase of instability in Brasil (1961-1964)**. Resende: AMAN, 2018. Monograph.

The present research addresses the theme of history of the movement of 64, with the central objective of analyzing if the acts taken by the President João Goulart in the period of his government (1961 a 1964) contributed to build an environment of economical, political and social instability, which needed an intervention from the Brazilian Army, according to the Constitution, in order to re-establish the order and to keep the democratic institutions. In the development, it was raised, using the bibliographical methodology, the background of the João Goulart's government and analyzed the actions the President took and its consequences. In the end, it was concluded that the decisions taken by the President João Goulart were directly responsible for the worsening of the crisis.

Key words: Background. Instability. João Goulart.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	11
2.1	Revisão da literatura.....	12
2.2	Referencial metodológico e procedimentos	13
3	ANTECEDENTES.....	13
3.1	Governo Juscelino Kubistchek	14
3.2	Governo Jânio Quadros	19
4	GOVERNO JOÃO GOULART.....	21
4.1	Aspectos Econômicos.....	21
4.2	Aspectos Políticos	25
4.3	Aspectos Sociais	33
5	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

No período de 1961 a 1964, o Brasil vivia uma realidade terrível. A instabilidade política, econômica e social era tamanha que atrapalhava o desenvolvimento do país.

Na madrugada do dia 31 de março de 1964, o General-de-Divisão Olímpio Mourão Filho, Comandante da 4ª Região Militar, partiu com suas tropas para o Rio de Janeiro. Era o início do Movimento que tinha como objetivo retirar o Presidente João Goulart do poder.

Depois disso, tudo foi acontecendo rapidamente. O “Dispositivo Militar” que conferia a Jango certa garantia de apoio das Forças Armadas se mostrou ineficiente e começou a desabar. (GASPARI, 2014). A base de apoio popular que vinha dos sindicatos e dos partidos de esquerda se encontraram perplexos diante do que estava ocorrendo e não souberam reagir a tempo.

No dia 2 de abril de 1964, exatamente às 03h45min da madrugada, era declarada vaga, pelo presidente do Congresso Nacional, a Presidência da República e empossado como novo Presidente do país, o deputado Ranieri Mazzilli. Apesar de ainda estar em território nacional - somente fugiu para o Uruguai no dia 4 de abril - o agora ex-Presidente João Goulart não resistiu à conjuntura política, aceitando seu destino e evitando que o país mergulhasse nas incertezas e nas mazelas que uma guerra civil traz.

Estava acabada uma tumultuada etapa da história do Brasil e outra tão ou mais controversa quanto a anterior estava prestes a começar.

Uma mudança brusca de governo como esta que ocorreu em um país de dimensões continentais, com uma economia que se fortalecia e que se tornava a Potência Regional do subcontinente Sul-Americano não acontece por acaso.

De acordo com o artigo 177 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil promulgada em 1946, “Destinam-se às Forças Armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem” (BRASIL, 1946).

Logo, a Constituição Federal de 1946 deixa claro que, em um momento de instabilidade no país que os poderes constitucionais, a lei ou a ordem estejam sob grave ameaça, é papel fundamental das Forças Armadas, defendê-los e encaminhar o Brasil para uma situação ordeira e de observância de sua Carta Magna e suas leis.

Para descobrir por que a atuação das Forças Armadas e em particular do Exército Brasileiro foram necessários naquele momento, deve-se estudar todos os fatores e personagens que exerciam certa influência no País naquele período.

O estudo da História possui uma importância muito grande pois é a exaustiva análise dos acontecimentos e fatos históricos que nos possibilita embasar nossas ações para que não cometamos os mesmos erros já ocorridos no passado e apliquemos os sucessos já conquistados em busca de nossos objetivos. Entretanto, esta análise deve ser imparcial para que as conclusões apresentadas não estejam contaminadas de opiniões pessoais e não sejam feitas à luz de ideologias que possuem como objetivo principal a “bestialização” de seus leitores e a transmissão de fatos inverídicos.

Vários autores, senão a maioria, referem-se ao movimento ocorrido entre os dias 29 de março de 1964 e 10 de abril de 1964 como Golpe ou Golpe Militar, esclarecendo que o país estava sob um período de grande estabilidade econômica e de avanços sociais e que o movimento de 64 foi algo extremamente desnecessário naquela época e que o país não sofria nenhuma ameaça real à sua democracia.

Outros autores, porém, afirmam que o movimento de 64 foi uma Revolução ou, até mesmo uma Contrarrevolução, visto que o país possuía um futuro sombrio se continuasse a ser governado e desestabilizado da forma como estava e necessitava de uma intervenção para corrigir seus rumos.

É devido à esta polarização e a falta de uma literatura que tente analisar imparcialmente este fato histórico que resolvi pesquisar a fundo os antecedentes do que chamo aqui de Movimento de 1964 tomando como foco o Governo do então Presidente João Goulart e suas medidas nas áreas política, econômica e social.

Este estudo será importante pois jogará luz em um dos fatos históricos mais emblemáticos de nossa história recente e que ainda hoje é, debatido dando prioridade às paixões e ideologias e restringindo fatos e dados a segundo plano.

A partir do estudo da época, levantou-se um problema: Até que ponto, as medidas tomadas por Jango contribuíram para o aumento da instabilidade pela qual o Brasil estava passando?

Dentro desta linha de ação, foi levantada a hipótese de que as medidas tomadas pelo então Presidente João Goulart no exercício de seu mandato foram umas das principais causadoras da instabilidade sendo necessária a atuação das Forças Armadas, de acordo com a Constituição vigente na época, para que fossem reestabelecidas a lei e a ordem.

O objetivo geral deste trabalho é analisar se as medidas adotadas pelo Presidente João Goulart no período de 1961 a 1964 contribuíram para construir um quadro de instabilidade econômica, política e social que necessitasse da intervenção do Exército

Brasileiro, de acordo com o que manda a Constituição vigente da época, para a restauração da ordem e a manutenção das instituições democráticas.

Os objetivos específicos que serão atingidos neste trabalho são: Expor os antecedentes do Governo de João Goulart. Apresentar as medidas adotada pelo Presidente João Goulart nos aspectos: político, econômico e social. Analisar se as medidas adotadas pelo Presidente João Goulart contribuíram para construir um quadro de instabilidade econômica, política e social que necessitasse da intervenção do Exército Brasileiro para a restauração da ordem e a manutenção das instituições democráticas.

O período escolhido inicia-se com a posse de Juscelino Kubistchek na Presidência da República em 31 de janeiro de 1956 e encerra-se com a viagem de João Goulart para o Uruguai em 4 de abril de 1964 após ser declarada vaga a Presidência da República e ser empossado o então Presidente da Câmara Ranieri Mazzilli.

O primeiro capítulo fará uma rápida análise dos governos de Juscelino Kubistchek (1956-1961) e Jânio Quadros (1961) por terem ocorrido fatos que terão efeito direto no governo de João Goulart. O enfoque deste capítulo será dado à economia já que medidas tomadas em um governo, neste aspecto, tem efeitos diretos nos posteriores, e à política, visto que no período de um ano, entre agosto de 1960 e agosto de 1961, tivemos uma eleição, uma renúncia de um Presidente e um Golpe que não foi levado a diante.

No segundo capítulo, será feita uma análise dos três aspectos do Governo João Goulart que cito nos objetivos: o político, o econômico e o social, abordando vários fatos e ações tomadas pelo Presidente que foram importantes para a crise que se instalou no seu governo.

No terceiro capítulo, será feita uma conclusão geral, abarcando os três aspectos de seu governo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A pesquisa foi formulada seguindo os aspectos de metodologia e de fundamentação teórica. A proposta da pesquisa é relativa à análise das ações tomadas pelo Presidente João Goulart e seu governo e o conseqüente aumento da instabilidade no país.

Tendo em vista a facilidade em se obter os dados para a investigação nessa linha de pesquisa e tendo como objetivo analisar dados e fatos da época, realizou-se uma pesquisa classificada quanto ao nível de profundidade como do tipo exploratória.

Quanto à coleta dos dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, obtendo assim os principais dados a serem analisados.

2.1 Revisão da literatura

Neste trabalho, tentou-se não utilizar livros escritos por militares como fontes bibliográficas pois o intuito é exatamente mostrar que as causas do Movimento de 64 estão acessíveis a todos e que basta uma leitura imparcial para observá-las. Não pude deixar, no entanto, de consultar o livro: “A Verdade Sufocada” do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra por ser um trabalho riquíssimo de referências sobre as atividades das organizações revolucionárias no período estudado.

Para o levantamento de dados sobre a parte econômica, foi utilizado principalmente o livro: “A Economia Brasileira Contemporânea”, que faz uma análise profunda nos aspectos econômicos de todos os governos desde a redemocratização em 1945 até o último governo Lula em 2010.

Foi utilizado também o trabalho de Pedro Fonseca, Legitimidade e Credibilidade, como fonte de dados econômicos sobre o governo de João Goulart. A quantidade de informações e a análise feita sobre os aspectos econômicos do referido governo é simplesmente incrível.

Para o levantamento feito sobre as Ligas Camponesas, foi utilizado o trabalho “Ligas Camponesas do Brasil 1954-1964” de Luiz Henrique Dias Da Silva. O trabalho faz uma boa análise das atividades da Ligas estudando vários detalhes que os livros não contam.

Para as outras organizações revolucionárias comunistas e o PCB, utilizou-se o livro de Ustra que traz um compêndio das principais organizações e o livro “O Combate nas Trevas” de Jacob Gorender. Gorender foi um dos principais diretores do Partido Comunista desde a década de 50, estando no centro das decisões do PCB no período estudado. Parte dele uma análise de esquerda das organizações e da situação da época, que, por incrível que pareça, elenca vários argumentos contra as esquerdas e a favor do Movimento de 64 mesmo não sendo essa a sua intenção.

Para a parte política, foi consultado o livro “Brasil: uma história” de Eduardo Bueno. Este famoso historiador brasileiro consegue, com uma linguagem de fácil entendimento, contar como era a situação política da época.

Foi no trabalho de Castello Branco, porém, que foi retirado a maior parte dos dados e fatos referentes à política da época. A leitura de seu livro, que é um compêndio de toda a sua

coluna do Jornal Tribuna da Imprensa e Jornal do Brasil, foi indispensável para a execução deste trabalho. Sua competência como jornalista político na época, e suas fontes de dentro do governo e da oposição permite que seus leitores tenham acesso à informações que não teriam em nenhum outro livro.

Alguns fatos sobre o governo de Juscelino Kubistchek foram retirados do livro “O Soldado Absoluto” de Wagner William. O livro mostrou, com o enfoque nas atuações do Marechal Lott, como era a personalidade de Juscelino e sua relação com os políticos da época.

Sobre os aspectos políticos, foi utilizado o livro “As Artes da Política” de Aspásia Camargo. O livro, uma grande entrevista com Amaral Peixoto, um dos fundadores, presidentes e caciques do então PSD, traz muitas informações de dentro do maior partido da época e como era a sua relação com os outros Presidentes e os importantes políticos no período.

“A Ditadura Envergonhada” de Elio Gaspari e “A Ditadura à Brasileira” de Marco Antônio Villa por serem um resumo do período, foram consultados em relação a todos os assuntos tratados neste trabalho.

Para dados técnicos de economia, foi consultado o livro “Fundamentos da Economia” de Vasconcellos e Garcia.

Para consultas diversas sobre políticos e acontecimentos, foi fundamental a consulta ao Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

2.2 Referencial metodológico e procedimentos

Os procedimentos metodológicos utilizados foram: coletas de dados e leitura preliminares para o aprofundamento sobre o tema e análise dos dados coletados. Visou-se especificamente a revisão bibliográfica para a elaboração do trabalho, fazendo uma análise no final sobre os dados coletados.

Com o propósito de operacionalizar a pesquisa, foram adotados os procedimentos metodológicos descritos abaixo.

Por existir uma vasta literatura sobre o tema, primeiramente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de aprofundar-se no tema e colher a base teórica do trabalho. Após esse levantamento de informações, foi analisado todos os antecedentes do período do Governo Juscelino e Jânio Quadros e suas consequências para o Governo de João Goulart. Depois, foi feita análise do Governo João Goulart e das medidas tomadas pelo Presidente e, por fim, uma conclusão sobre o assunto.

3 ANTECEDENTES:

3.1 Governo Juscelino Kubistchek

Em janeiro de 1956, tomou posse como Presidente da República o candidato do PSD, Juscelino Kubistchek. Ex-Governador do Estado de Minas Gerais, Juscelino foi eleito com uma bandeira que “falava explicitamente em acelerar o desenvolvimento econômico, como forma de transformar o país estruturalmente, utilizando-se de uma enérgica política de industrialização”. (VILLELA, 2011, p. 27).

Para cumprir com o planejado, Juscelino Kubistchek elaborou um conjunto de 30 metas divididas em cinco grupos de investimento que teriam o objetivo de alavancar a economia brasileira:

O grupo 1, o da “Energia”, receberia 43,4% dos investimentos e teria cinco metas: energia elétrica, energia nuclear, carvão, petróleo e refinamento de petróleo. O grupo 2 era o dos “Transportes”, dono de 29,6% dos investimentos. Suas oito metas ram reequipamento e construção de estradas de ferro, construção e pavimentação de estradas de rodagem, portos e barragens, marinha mercante e transportes aéreos. O grupo 3, o dos “Alimentos”, teria 3,2% e seis metas: trigo, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura e fertilizantes. As “Indústrias de Base” compunham o grupo 4 e, com 20,4% dos investimentos, tinham doze metas: cimento, aço, alumínio, metais não-ferrosos, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, construção naval, equipamento elétrico, indústria de veículos motorizados e maquinaria pesada. O quinto grupo era o da “Educação”. Com 4,3% dos investimentos, tinha como meta um programa de alfabetização. (BUENO, 2003, p. 354).

O governo se esqueceu, no entanto, de detalhar como faria o financiamento de todo o investimento do Plano de Metas, causando uma crise inflacionária entre 1957 e 1958, fazendo com que a inflação saltasse de 7,0% para 24,4% entre aqueles dois anos. (VILLELA, 2011). Apesar de ter formulado, ainda em 1958, um Plano de Estabilização Monetária para conter a inflação, logo o abandonou, preservando seu Programa de Metas e optando por crescimento da economia brasileira ao invés de sua estabilização.

Ao final de seu governo, Juscelino realmente entregou um país mais industrializado e com uma economia desenvolvida. “Após um crescimento modesto (2,9%) em 1956 — em decorrência, sobretudo, da quebra da safra agrícola —, entre 1957 e 1960 a economia brasileira cresceu, respectivamente, 7,7%, 10,8%, 9,8% e 9,4%” (VILLELA, 2011, p. 29). Seu Plano de Metas alcançou resultados expressivos em quase todos os grupos, com destaque para a infraestrutura, produção de veículos e energia como podemos concluir com a análise da tabela abaixo:

TABELA 1: PLANO DE METAS: EXPANSÃO PREVISTA E RESULTADOS – 1957-1961

Setor	Previsão	Realizado	%
Energia elétrica (1.000 Kw)	2.000	1.650	82
Carvão (1.000 ton.)	1.000	230	23
Produção de petróleo (1.000 barris/dia)	96	75	76
Refino de petróleo (1.000 barris/dia)	200	52	26
Ferrovias (1.000 km)	3	1	32
Rodovias-construção (1.000 km)	13	17	138
Rodovias-pavimentação (1.000 km)	5	-	-
Aço (1.000 ton.)	1.100	650	60
Cimento (1.000 ton.)	1.400	870	62
Carros e caminhões (1.000 unid.)	170	133	78
Nacionalização de carros (%)	90	75	-
Nacionalização de caminhões (%)	95	74	-

Fonte: VILLELA (2011, p. 26).

Esta industrialização rápida e mal planejada, negligenciando alguns indicadores macroeconômicos, por sua vez, contribuiu diretamente para a piora do quadro econômico do país nos anos que sucederam seu governo.

De fato, entre 1956 e 1960, as exportações caíram quase 15% e a dívida externa líquida aumentou 50%, chegando a US\$3,4 bilhões (ou 2,7 vezes as exportações totais em 1960). O déficit do governo federal, manteve-se em torno de um terço das receitas totais da União no período. Na origem desse desequilíbrio estava o vigoroso programa de obras públicas do governo (em particular, a construção de Brasília) e, sobretudo, os gastos associados à política de compra dos excedentes de café. O financiamento inflacionário dos déficits levou o IGP a crescer 24,4% em 1958, 39,4% em 1959 e 30,5% em 1960. Era este o legado negativo que JK deixava a seu sucessor. (VILLELA, 2011, p. 29).

Em relação aos aspectos sociais, podemos destacar, durante o Governo de Juscelino, vários movimentos que foram criados ou agiam nos bastidores, amadurecendo suas ideias e esperando a oportunidade certa para criar um foco de instabilidade no país. Pode-se dizer que a estabilidade social que se observou no Governo de JK foi causada principalmente pelo bom desempenho da economia e pelo carisma que a figura do Presidente representava.

O bom andamento do país não inibiu, porém, as atividades de movimentos sociais que eram ligados quase que majoritariamente à esquerda e que se mostrariam excelentes causadores de instabilidade no país nos governos que viriam.

Um destes movimentos eram as Ligas Camponesas. Organizações de pequenos agricultores e trabalhadores livres rurais, que reivindicavam uma reforma agrária e melhores condições de trabalho.

A criação das Ligas Camponesas remonta ao período da redemocratização em 1945, quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) passou a apoiar a criação de núcleos de trabalhadores rurais. Entretanto, com a proscrição do PCB em 1948, essas Ligas perderam força. Apenas em 1955, uma associação de trabalhadores rurais, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP) voltaria a se organizar, logo se transformando no mais importante movimento social rural. (DA SILVA, 2014)

As Ligas Camponesas, inicialmente, possuíam um caráter pacifista e de luta por melhores condições, como exposto por Luiz Henrique:

Os ideais adotados pelas Ligas Camponesas do Brasil: doutrinação e alfabetização do campesinato, para que tomasse real ciência de sua situação, aprendendo a reivindicar direitos políticos por meio do voto; reivindicação pacífica e por meios legais de seu meio de subsistência, a terra onde derramava seu suor de sol a sol. (DA SILVA, 2014, p. 18)

O radicalismo e a influência comunista só se mostrariam presentes e realmente atuantes nas Ligas, a partir do I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil em 1961. Durante o governo de Juscelino, o viés pacifista e legalista ainda dava o tom e não houve grandes ocorrências de tumultos.

A mudança parece ter ocorrido, de fato, a partir do I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em Belo Horizonte em novembro de 1961, onde o grupo de Julião e das Ligas Camponesas se confrontou com outro, mais moderado, sob influência comunista, e sob liderança da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil). (CAMARGO, 2011 apud DA SILVA, 2014, p. 24)

A POLOP (Política Operária) foi outra organização social de impacto no governo de João Goulart e que se desenvolveu no período do Governo de JK. Segundo o Coronel Ustra (2013, p. 77), “ainda em 1960, o núcleo leninista do Rio de Janeiro, [...], juntando-se a dissidentes do Partido Socialista Brasileiro, elaborou um documento propondo a criação de um partido revolucionário da causa operária e apresentou um projeto de estatuto”. A POLOP, mais tarde, durante o governo de Jango, atuaria nas revoltas de sargentos, apoiaria as Ligas Camponesas e realizaria vários Congressos para discutir apoios a organizações comunistas e métodos para incrementar seu trabalho de massas. (GORENDER, 1987)

Apesar de ser um partido político, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) influenciava vários movimentos sociais. Em todos eles, tentava doutrinar os integrantes por meio da ideologia da luta de classes. Estava na ilegalidade desde 1947, quando o então Presidente Dutra ao alinhar sua política externa com os Estados Unidos proibiu as atividades do Partido, mas nunca deixou de propagar sua ideologia e tentar influenciar as massas.

Durante o governo Juscelino, apesar da ilegalidade, o PCB era um participante ativo na vida política e social nacional. Seu Comitê Central organizou várias reuniões no período debatendo vários temas e chegando em um documento conhecido como “Declaração Política de Março de 1958”. Esta Declaração estabelecia uma nova linha de ação para se chegar à uma revolução comunista no Brasil:

A nova linha política partiu da mesma premissa do Programa do Quarto Congresso: a concepção da revolução brasileira em duas etapas. Assim, a primeira etapa em curso seria a da revolução nacional e democrática de conteúdo anti-imperialista e antifeudal. Após a vitória dela é que se passaria à segunda etapa – a revolução socialista [...] a tarefa dos comunistas deveria ser a de lutar pelas *reformas de estrutura* a fim de que o desenvolvimento capitalista viesse a tomar um curso que o aproximaria da revolução nacional e democrática. (GORENDER, 1987, p. 29-30).

Este documento impactaria muito o Governo de João Goulart pois as reformas estruturais as quais o texto fazia referência, ainda em 1958 e pelas quais os comunistas deveriam lutar se concretizaram com o lançamento das Reformas de Base por Jango em 1963. Segundo Gorender (1987, p. 30), “foi a luta por elas que permitiu mobilizar e aglutinar grande conjunto de forças sociais e esboçar de 1963 a 1964 uma situação pré-revolucionária no Brasil”.

Dos três aspectos analisados neste trabalho, talvez o mais conturbado do período JK foi o político. Sua posse já tinha sido garantida por meio de um Golpe Constitucional liderado pelo então Ministro da Guerra Marechal Henrique Lott (não existia Ministério da Defesa na época, cada Força Armada possuía um Ministério e o do Exército se chamava Ministério da Guerra), dois levantes militares estouraram no período e tanto a direita radical quanto a esquerda radical, conspiravam e planejavam o dia em que conseguissem controlar o Governo.

De todos os partidos políticos da época, os principais eram o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Todos nascidos em 1945, no fim do Estado Novo.

A UDN, formada pela oposição liberal, era associada a banqueiros e ao setor privado. Tinha caráter conservador, modernista e liberal economicamente e fazia uma forte oposição ao populismo. Algumas vezes, seus caciques apoiavam levantes militares e

pregavam outra interpretação da Carta Magna. Tinha como principais expoentes Carlos Lacerda, Juarez Távora, Magalhães Pinto, Bilac Pinto e Juracy Magalhães. (BUENO, 2005).

O PSD, surgiu de dentro da máquina político-administrativa do Estado Novo e com uma abordagem mais centrista. Era o maior partido brasileiro no momento e possuía como figuras importantes Tancredo Neves, José Maria Alkmin, Juscelino Kubistchek, Auro de Moura Andrade e Ernani do Amaral Peixoto. (BUENO, 2005).

Já o PTB, surgido sob a batuta de Vargas, do Ministério do Trabalho e da burocracia sindical, possuía um viés mais nacionalista e populista, defendendo, quase sempre, ideias contrárias às da UDN. Seus principais políticos eram: Getúlio Vargas, Leonel Brizola e João Goulart. (BUENO, 2005).

A principal fonte de discórdia entre os partidos que causou certa instabilidade política no Governo Juscelino foi a política econômica a adotar. “Uma corrente nacionalista mais à esquerda defendia o Estado como detentor das riquezas e intervindo na economia” outra, mais liberal, que era taxada de “entreguista” pela primeira, “ afirmava que o país não tinha capacidade para explorar suas riquezas e defendia a participação do capital estrangeiro na pesquisa e no desenvolvimento de técnicas de exploração de petróleo e minério” (WILLIAM, 2006, p. 22 - 23)

Este debate era tão acalorado na época que dividia até os militares, como podemos observar neste trecho:

Nas Forças Armadas, o debate também dividia lados quase fanáticos. Um dos pontos principais era a questão da exploração do petróleo em território brasileiro. A paixão tomou conta da discussão. O grupo nacionalista proclamava o slogan “ o petróleo é nosso” e defendia que o ouro negro e os minérios atômicos deveriam ser explorados pelo Estado brasileiro. Era a tese Horta Barbosa, que antagonizava com os “liberais” ou “entreguistas”, que por sua vez, afirmavam que nacionalismo era fazer as produções agrícola e industrial crescerem, mesmo em mãos estrangeiras, reforçando as ligações com os Estados Unidos e mantendo afastados os trabalhadores e sindicalistas das decisões políticas. (WILLIAM, 2006, p. 22-23)

Após a posse de Juscelino, em 1956, ocorreram dois levantes militares: Aragarças e Jacareacanga, habilmente contornados pelo Presidente e por seu Ministro da Guerra. Depois destas quarteladas frustradas, os ânimos se arrefeceram, tornando o período um pouco mais estável, politicamente. Isso não se deveu apenas pelas circunstâncias, mas também pela característica conciliadora do Presidente da República, passando a demonstrar que era necessária uma pessoa competente e experiente no cargo mais importante do país para conseguir administrar todos os grupos políticos e ideológicos que existiam.

No fim do Governo de Juscelino Kubistchek, aconteceram as eleições gerais para o Parlamento e para a Presidência da República. O PSD, partido do governo, reedita sua aliança com o PTB, partido do Vice-Presidente João Goulart e lançam a candidatura do Marechal Henrique Lott para Presidente e de João Goulart para Vice-Presidente. A UDN apoia a candidatura do então governador de São Paulo, Jânio Quadros (PTN) para Presidente e de Milton Campos para Vice-Presidente. Concorreu ainda, o paulista Adhemar de Barros pelo PSP. O resultado foi o seguinte:

TABELA 2: RESULTADO ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE - 1960

Candidato	Partido	Origem	Domicílio	Votos	Proporção	Entre os dois
Jânio Quadros	PTN	MS	SP	5.636.623	48,30%	59,44%
Teixeira Lott	PSD	MG	RJ	3.846.825	32,97%	40,56%
Ademar de Barros	PSP	SP	SP	2.185.709	18,73%	
Total válidos				11.669.157		
Branco				433.391		
Nulos				473.806		
Total				12.576.354		

Fonte: <https://sites.google.com/site/atlasleicoespresidenciais/1960>

Para Vice-Presidente, o resultado foi diferente. João Goulart vencera com 4.547.010 votos contra 4.237.719 de Milton Campos. (WILLIAM, 2006). Começaria um governo onde o Presidente era de uma chapa e o Vice-Presidente era de outra.

3.2 Governo Jânio Quadros

Apesar de estar na cena política desde o fim da década de 40, Jânio Quadros foi eleito com uma imagem de *outsider*, de uma pessoa que não precisa dos partidos políticos para governar e que organizaria a nação e combateria a corrupção. Segundo Bueno (2005, p. 356), “com um discurso populista e tom moralista, Jânio apresentava-se como o homem do tostão contra o milhão que iria sanear a nação”. Renunciou, no entanto, sete meses depois de sua posse, surpreendendo o país.

Na área econômica, Jânio tinha planos de organizar o país. Para atacar os “monstros” da inflação e da dívida externa, lançou um pacote econômico que incluía medidas como a desvalorização cambial, a contenção dos gastos públicos, a unificação da taxa de câmbio, a redução dos subsídios concedidos à importação de petróleo e trigo e uma política monetária contracionista (VILLELA, 2011). Ou seja, Jânio basicamente diminuiu os gastos públicos

para reduzir o déficit do governo e adotou uma política fiscal e monetária contracionista para desacelerar a economia, diminuindo a demanda agregada, reduzindo assim os níveis de inflação.

Seu programa econômico, de certa forma, era o que o Brasil necessitava naquela época. Os reflexos iniciais seriam de uma desaceleração na economia em 1961 para uma volta do crescimento, mais sustentável, a partir do fim de 1962. Esta política econômica era o que os investidores nacionais e estrangeiros precisavam para terem segurança ao investir no Brasil:

As medidas foram bem recebidas pelos credores do Brasil e pelo FMI, garantindo significativo reescalonamento da dívida externa do Brasil que venceria entre 1961 e 1965, bem como a obtenção de novos empréstimos nos Estados Unidos e Europa. Tudo indicava que, se não possuía um conjunto de metas de desenvolvimento econômico à la JK, Quadros tinha, ainda que difusa, uma estratégia global para os seus cinco anos de mandato. (VILLELA, 2011, p. 40).

Todo esse esforço que o governo fez para estabilizar a economia, no entanto, não pode ser avaliado visto que o Presidente renunciou em 25 de agosto de 1961, menos de sete meses depois de sua posse.

No campo social, dado o curto período de tempo, nenhum acontecimento de maior expressão ocorreu no país. Isto não exclui, no entanto, o fato de que os partidos de esquerda se organizavam, o PCB definia sua linha de ação a adotar e a influência comunista nos movimentos sociais aumentava. Todos estavam apenas esperando um período de fraqueza política para começar a trabalhar as massas e instaurar uma situação pré-revolucionária. E ela veio com a renúncia do Presidente.

O governo de Jânio tinha tudo para ser estável politicamente. Foi eleito com apoio da UDN e de dissidentes pessedistas e petebistas, com uma votação expressiva – 48% dos votos – e com um discurso moralizante e populista, satisfazendo às correntes ideológicas que existiam no país naquela época. Todo este ambiente favorável esbarrou apenas em um obstáculo: o próprio Presidente.

Uma vez no poder, Jânio não consultava a UDN, principal partido que o apoiou nas eleições, e tentava governar independentemente de partidos e alianças políticas. (BUENO, 2005). Ao se colocar acima dos partidos políticos, Jânio quebrava uma velha tradição do sistema representativo de governo, encontrando uma oposição terrível no Congresso que era dominado pelo PSD e PTB e que travavam qualquer projeto de lei encaminhado pelo governo. (VICTOR, 1965).

A tensão entre o Executivo e o Legislativo atingia seu ápice em agosto de 1961. Nesta época até Carlos Lacerda, cacique da UDN, já era oposição ao governo. A desconfiança entre os dois poderes era tamanha que o Executivo tinha até certo medo de enviar à Câmara projetos de leis que iriam de encontro aos interesses particulares de deputados. (VICTOR, 1965).

É diante desta situação e se referindo a “forças terríveis” que o pressionaram que Jânio Quadros renuncia à Presidência da República. Mais tarde, ele admitiria que sua renúncia era apenas um meio de obter mais poderes visto que o Vice-Presidente era João Goulart e sua posse não seria aceita pela sociedade e pelos militares. (BUENO, 2005).

"Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo. Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública. Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia. Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do governo e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo é no sentido da ordem, do congraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios, para todos e de todos para cada um. Somente assim seremos dignos deste país e do mundo. Somente assim seremos dignos de nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos todos. Há muitas formas de servir nossa pátria." (USTRA, 2013, p. 61 e 62)

Sua renúncia, no entanto, é aceita pelo Congresso, instaurando uma Crise Política e Social, proporcionando o momento necessário para as massas serem agitadas pelos revolucionários comunistas.

4 GOVERNO JOÃO GOULART

4.1 Aspectos Econômicos

É inegável que as condições da economia brasileira quando da posse de João Goulart como Presidente não eram das melhores. A herança deixada por Juscelino pesava muito. A inflação crescente corroía o poder de compra da população e as medidas tomadas pelo governo Jânio não tiveram o tempo suficiente para surtir efeito.

Veremos, porém, que as ações e o comportamento tomados por João Goulart ao invés de tentar organizar a economia, apenas catalisou a crise econômica e gerou mais instabilidade, atrasando o desenvolvimento econômico do país e conseqüentemente, piorando as condições de vida da população. A política econômica ambígua e inconsistente de seu governo e a sabotagem por parte dele do parlamentarismo mostram, no mínimo, uma incompetência para governar, dando a impressão, em certos casos, que ele se portava deste modo de forma proposital.

Ao ser aceita a solução parlamentarista, passava ao Presidente do Conselho de Ministros a atribuição de designar os ministros do governo. Tancredo Neves, para a pasta da Fazenda, nomeou então Walther Moreira Sales, banqueiro, embaixador e economista já com grande experiência na esfera econômica do governo federal desde o mandato de Dutra e com bom trânsito nos Estados Unidos, tendo sido embaixador em Washington no governo de Vargas. (WALTER, 2001).

A nomeação de Moreira Sales pode ser vista como uma forma de tranquilizar o mercado e dar mais segurança aos investidores. Além disso, indicava um distanciamento do pensamento mais radical de João Goulart - tido como populista e a favor de uma política econômica mais displicente - fundamental para acalmar as forças mais conservadoras. (VILLELA, 2011).

O Ministro da Fazenda propôs a implementação de medidas ortodoxas de combate à inflação, equilíbrio no balanço de pagamentos e controle do déficit público, declarando que o país era obrigado a passar por um período de sobriedade, contenção e comedimento. (FONSECA, 2004)

Na área cambial, o ministro propôs manter as taxas de câmbio unificadas, mantendo também a política monetária realista do governo Jânio Quadros, incentivando a eficiência da indústria nacional e barateando o custo dos produtos para o consumidor ajudando a equilibrar o balanço de pagamentos. Ficou decidido que a expansão da oferta da moeda não seria realizada em termos reais e foi acenado com a possibilidade de criação de um Banco Central. (FONSECA, 2004).

Apesar da instabilidade política que o país vivenciou em 1961, com a implementação da política econômica ortodoxa nos governos Jânio Quadros e Tancredo Neves, os resultados

macroeconômicos mantiveram-se positivos. Embora a inflação medida pelo IGP/FGV tenha passado de 30,5% em 1960 para 47,8% em 1961, o PIB cresceu 8,6% e o balanço de pagamentos, que abrange todas as transações econômicas realizadas entre os residentes de um país com os residentes dos demais países, (VASCONCELLOS; GARCIA, 2014), apresentou um superávit de US\$ 115 milhões. As exportações tiveram um pequeno aumento de US\$ 1,3 bilhão em 1960 para US\$1,4 bilhão em 1961 e a relação dívida externa líquida/exportações reduziu de 2,7 para 2,0 no mesmo período. (VILLELA, 2011).

Com a saída de Tancredo Neves em junho de 1962, o Ministro da Fazenda perdeu sua influência junto ao governo. A presidência iniciaria, então um processo de sabotagem do parlamentarismo e da política econômica, enfraquecendo a posição de Moreira Sales:

A fraqueza do ministro, todavia, retratava a fraqueza do próprio governo e de forma alguma se restringia à área econômica: começava a ser admitida pelo Presidente da República, para quem a paralisia do país devia-se ao parlamentarismo. Através de forte campanha popular e com apelos nacionalistas, acenando com necessidade de reformas estruturais para a vencer a crise, as “reformas de base”, Goulart abandonara o discurso conciliador e tomara a ofensiva ao reivindicar a plenitude dos poderes para poder governar. Fracassara a tentativa de legitimar-se através da credibilidade da política econômica e de demonstrações de boa vontade àqueles a quem sempre se opusera e que tentaram impedir sua posse. (FONSECA, 2004, p. 9).

Vendo suas propostas vencidas pela situação em que o governo se encontrava e com a antecipação do plebiscito sobre a forma de governo para o início de 1963, Walter Moreira Sales pediu demissão do Ministério, sendo sucedido por Miguel Calmon.

Esse último trimestre de 1962 seria marcado pela paralização do governo pela queda do gabinete de Brochado da Rocha, sendo substituído por Hermes Lima e por uma política econômica flexível voltada para a aceitação da inflação e pelo aumento dos gastos do governo.

Como resultado desta desordem política e econômica e uma falta de continuidade, os resultados macroeconômicos de 1962 não foram bons. A balança de pagamentos que tinha acusado um superávit de US\$ 115 milhões em 1961, fechou 1962 com um déficit de US\$ 346 milhões. A balança comercial fechou o ano com um déficit de US\$ 89 milhões e contração de 15% nas exportações. A inflação fechava dezembro em 6,3% passando dos 50% no ano e o PIB reduziu seu crescimento para uma taxa de 6,6%. (FONSECA, 2004; VILLELA, 2011).

Previendo esses resultados, ainda no fim de 1962, era lançado o Plano Trienal, elaborado principalmente por Celso Furtado, Ministro Extraordinário do Planejamento. Seus principais objetivos eram:

(1) garantir taxa de crescimento do PIB de 7% a.a., próximo à média dos anos anteriores; (2) reduzir a taxa de inflação para 25% em 1963, visando alcançar 10% em 1965; (3) garantir um crescimento real dos salários à mesma taxa do aumento da produtividade; (4) realizar a reforma agrária como solução não só para a crise social como para elevar o consumo de diversos ramos industriais; e (5) renegociar a dívida externa para diminuir a pressão de seu serviço sobre o balanço de pagamentos. (VILLELA, 2011, p. 41)

O Plano Trienal possuía um misto de ortodoxia com desenvolvimentismo. No combate à inflação, previa-se uma correção de preços públicos defasados, corte de gastos, câmbio realista e controle da expansão do crédito, todas estas, medidas de cunho ortodoxo. Já na política de desenvolvimento, Celso Furtado se ancorou na cartilha cepalina que previa “o aprofundamento da industrialização por meio da substituição de importações para superar o subdesenvolvimento”. (FONSECA, p. 11).

Com a nomeação de San Thiago Dantas para o Ministério da Fazenda, o plano econômico do governo, agora presidencialista, iniciou o ano tomando medidas ortodoxas previstas no Plano Trienal para buscar a estabilidade econômica da qual o país estava precisando.

As Instruções nº 234 e nº 235 da SUMOC, respectivamente de 14 de fevereiro e 7 de março, limitaram o crédito e aumentaram o encaixe compulsório dos bancos de 22% para 28%, nos depósitos a vista, e de 7% para 14% nos depósitos a prazo. Como resultado, a taxa de juro elevou-se substancialmente e a contração do crédito no primeiro trimestre de 1963 também atingiu níveis elevadíssimos, período em que as metas de expansão dos meios de pagamento também foram seguidas à risca. Quadro otimista também se verificou no balanço de pagamentos, com diminuição das saídas e retorno do ingresso de capitais, além de registrar-se no primeiro bimestre déficit de US\$ 29 milhões, quando alcançara US\$ 45 milhões em igual período do ano anterior. O cruzeiro valorizou-se significativamente em termos reais (cerca de 30%), pois, mesmo com inflação crescente, em março retornou ao nível de dezembro de 1962, pouco superior a Cr\$ 600,00 no mercado paralelo, queda acompanhada pelo “boneco” no Banco do Brasil. A Instrução nº 239 da SUMOC, de 22/04/1963, talvez tenha representado a última deste conjunto de medidas de caráter fortemente comprometido com a estabilização, ao firmar uma política novamente de câmbio “realista” com a elevação do dólar oficial para um patamar semelhante ao paralelo, em torno de Cr\$ 600,00 – Cr\$ 620,00. (VILLELA, 2011, p. 42)

A partir de abril, o que se percebe é um abandono e uma falta de comprometimento do Presidente para com sua equipe econômica, deixando de lado um plano econômico que tinha sido criado a apenas quatro meses e que ainda estava sendo implantado para aplicar medidas populistas, indo contra a ideia de estabilidade econômica tão necessária naquele momento delicado pela qual a economia estava passando.

Com as medidas de austeridades impostas pela equipe econômica e a inflação que não cedeu rapidamente como o governo desejava, João Goulart, vendo sua popularidade diminuir, cedeu às pressões internas e abandonou a ortodoxia prevista pelo plano econômico.

Em abril, em um claro aceno contra o plano econômico de governo, Jango “restitui os subsídios ao petróleo e ao trigo, aumenta em 60% o salário do funcionalismo público e em 56% o salário-mínimo” (VILLELA, 2011, p. 43).

O atestado de incompetência do governo foi emitido quando, em maio, o orçamento previsto para 1964 foi enviado ao Congresso estimando um déficit recorde de Cr\$ 1 trilhão, deixando claro que o governo era incapaz de controlar seus gastos.

Abandonado pelo governo e sem possibilidade de alcançar as metas impostas, San Thiago Dantas pede demissão em junho de 1963 sendo sucedido por Carvalho Pinto, político conservador que foi escolhido para dar mais flexibilidade no atendimento de algumas demandas e, ao mesmo tempo, certa credibilidade e tranquilidade junto aos mercados.

Carvalho Pinto nada conseguiu fazer para resolver o problema de uma economia que saia dos trilhos com um Presidente que sempre intervinha nos assuntos de responsabilidade do Ministro da Fazenda.

No final de seu período como Ministro, Carvalho Pinto veria o Presidente estender o benefício do 13º salário para todos os 250.000 funcionários públicos, contrariando as metas do Plano Trienal. (FONSECA, 2004).

O fim de 1963 mostrou uma grande piora dos indicadores macroeconômicos: crescimento do PIB de 0,6%; inflação de 79,9%, déficit no balanço de pagamentos de US\$ 54 milhões e a entrada de capitais estrangeiros registrando queda em relação ao ano anterior. (FONSECA, 2004).

Em fevereiro de 1964, o Ministro da Fazenda, Ney Galvão - Carvalho Pinto pediu demissão em dezembro de 1963 - recorreu ainda a uma política cambial mais heterodoxa que previa um câmbio fixo para alguns produtos “essenciais” como café, açúcar, petróleo, trigo e papel e um câmbio flutuante para os demais produtos. Entretanto, naquele período do Governo, João Goulart desistira de conduzir qualquer política econômica que buscasse controlar a inflação e equilibrar as contas públicas e o Balanço de Pagamentos. Qualquer medida neste sentido demoraria para surtir efeito e ainda o afastaria de sua base eleitoral. Optou então por uma guinada à esquerda, apresentando as Reformas de Base como principal objetivo a ser alcançado, culminando com o Movimento de 1964 e sua deposição. (FONSECA, 2004).

4.1 Aspectos Políticos

O governo de João Goulart começou por um fio. A renúncia-blefe de Jânio Quadros acatada rapidamente pelo Congresso Nacional criou um impasse pois o Vice-Presidente João Goulart estava em visita oficial à República Popular da China. A Constituição de 1946 era clara em relação à resolução de problemas deste tipo:

Art. 79. Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República.

§ 1º Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Vice-Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Vice-Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal. (BRASIL, 1946).

Logo, legalmente, o Presidente da Câmara Ranieri Mazzilli deveria tomar posse como Presidente da República até a volta do Vice-Presidente João Goulart. O receio de que Jango fosse comunista travestido de democrata e o “líder da república sindicalista” fez com que os ministros militares de Jânio, general Odylio Denys da pasta da Guerra, almirante Sílvio Heck da Marinha e brigadeiro Grüm Moss da Aeronáutica vetassem a volta de João Goulart para tomar posse como Presidente. (BUENO, 2005).

Como toda ação gera uma reação, logo surgiram movimentos para garantir a posse de Jango. Dentre eles, destacam-se a Rede da Legalidade montada pelo então Governador do Rio Grande do Sul. Segundo Ustra (2013, p. 63), Brizola “manifestou-se em defesa da posse e iniciou intensa campanha de mobilização popular com o apoio da imprensa e das rádios gaúchas, chegando a operar com 104 emissoras da região”.

Somando suas forças à Brizola, estava o general Machado Lopes, Comandante do III Exército - com sede no Rio Grande do Sul - que estava disposto a garantir o previsto na Constituição. Com apoio civil e militar, os movimentos legalistas tinham a força necessária para enfrentar os ministros militares. A possibilidade de um enfrentamento entre tropas do Exército iniciando uma guerra civil era real:

Todo mundo sentia a iminência de uma guerra civil, e era isso que me preocupava. Eu tinha mandado ao Rio Grande um deputado do Ceará, o Wicar Pessoa. Quando voltou, ele me disse: "Realmente, eles estão com ânimo de revolução. O III Exército está inteiramente de acordo com o governador Brizola."(CAMARGO et al., 1984, p. 446).

Para contornar a situação e manter uma aparente legalidade no processo sucessório, o Congresso Nacional resgatou uma proposta que há muito tempo já vinha sendo discutida: o Parlamentarismo. João Goulart assumiria com poderes reduzidos e um parlamentar indicado

pelo Congresso Nacional assumiria como Primeiro-Ministro (Presidente do Conselho de Ministros, como denominado na Emenda Constitucional). A emenda ainda determinava que haveria um plebiscito para decidir a sorte do regime parlamentarista nove meses antes do fim do mandato daquele governo, em 1965.

Apesar de ter concordado com o sistema parlamentarista, João Goulart aspirava voltar a ter os poderes que um Presidente da República tinha. Sua aceitação deste regime de governo foi por puro oportunismo, pela vontade de assumir o cargo sabendo que as Forças Armadas e a parcela da população que não o via com bons olhos iriam acalmar-se

Apenas alguns meses depois de sua posse, em uma entrevista, Jango diria que “Os sistemas de governo que se impõem sem consulta popular são causas de problemas” (VILLA, 2014, p. 29). Começou, então, a sabotar o parlamentarismo direta e indiretamente, preparando o terreno para o plebiscito que viria e sem preocupação com a estabilidade política da qual o Brasil tanto precisava naquele momento para se desenvolver.

Com a queda do Gabinete de Tancredo Neves, então Presidente do Conselho de Ministros, em junho de 1962, João Goulart agiria diretamente para corroer a confiança no sistema parlamentarista.

Primeiramente, indicaria o nome de San Thiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores do gabinete de Tancredo, entretanto a inabilidade política daquele e a falta de empenho do Presidente para que a Câmara o aprovasse seriam decisivos para que a Câmara negasse a indicação. (VILLA, p. 30)

Propôs, então o nome do Senador Auro de Moura Andrade que já tentara ser Presidente do Conselho em 1961. Não se tinha conhecimento, porém, que uma das condições que Jango impôs a Auro para que seu nome fosse aprovado era uma carta de renúncia pré-assinada por Auro para ser utilizada a qualquer momento por Jango. Dois dias depois de seu nome aprovado pela Câmara e com os ministérios quase acertados, o Presidente remete ao Plenário da Câmara, a carta de renúncia do senador, atrasando mais ainda a definição do Governo Federal. Segundo Castello Branco (1975, p. 21), Auro “soube que havia renunciado quando, na residência do Deputado Arnaldo Cerdeira, acertava, com a colaboração dos srs. Pedro Aleixo, Alkmin, Plínio Salgado e outros, a lista de Ministros”.

Por último, após 13 dias sem governo, Jango indica Francisco Brochado da Rocha, advogado gaúcho que foi deputado constituinte pelo PSD em 1947 e chefe da Secretaria de Segurança Pública e Secretário da pasta do Interior e Justiça de Brizola no governo do Rio Grande do Sul em 1959 e 1960 respectivamente. Brochado da Rocha não ficaria mais de dois meses no cargo de Primeiro-Ministro, mas serviria muito bem como um instrumento para

promover o interesse de Jango dentro do Parlamentarismo. Seu principal ato, alinhado às vontades do Presidente, foi submeter ao Congresso a antecipação do plebiscito sobre a forma de governo para o fim de 1962. Como seu pedido foi recusado pela maioria, renunciou ao cargo, iniciando uma greve geral comandada pelo CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), com visíveis influências do PCB e demais organizações de esquerda. Não demorou muito para o Congresso antecipar a realização do plebiscito para janeiro de 1963, uma vitória clara de João Goulart em seu embate contra o Parlamentarismo e o Congresso Nacional. (BROCHADO, 2001).

Com o plebiscito adiantado para o início de 1963, o sistema parlamentarista entrou em um estado de paralisia. Seu próprio Comandante, o Presidente do Conselho de Ministros tinha antecipado uma votação que o colocava em xeque. A tradição presidencial do país, a forma como o parlamentarismo foi instituído e o *lobby* feito pela Presidência da República tornava quase certa a aprovação do Presidencialismo. Para preencher o cargo de Primeiro-Ministro, Jango indicou Hermes Lima, antigo filiado do PSB e do PTB e Ministro do Trabalho do Gabinete de Brochado da Rocha. (HERMES LIMA, 2001).

O plebiscito deu ao Presidencialismo uma vitória esmagadora sobre o Parlamentarismo. Vale ressaltar, porém, que o governo, apenas cinco dias antes da realização do plebiscito, majorou em 75% os salários, garantindo o apoio dos trabalhadores e das lideranças dos sindicatos, influenciando diretamente no resultado encontrado. (PARLAMENTARISMO, 2001). O resultado foi o seguinte:

TABELA 3: RESULTADO PLEBISCITO SOBRE FORMA DE GOVERNO - 1960

Forma de Governo	Votos	Porcentagem:
Presidencialismo	9.457.448	82,01%
Parlamentarismo	2.073.582	17,98%

Fonte: Autor

Com a volta do Presidencialismo, Jango não tinha mais em quem colocar a culpa pela ineficiência do governo. A influência que o Presidente tinha, e ainda tem nos dias atuais, o permitia organizar a política econômica, a política externa, a relação do governo com os partidos políticos e o Congresso e com a população. Ou seja, a Presidência precisava ser ocupada por uma pessoa competente que enfrentaria os problemas do país com responsabilidade determinação em um período de grande instabilidade e com a economia dando sinais de crise.

Não foi esse o papel assumido por João Goulart. Suas posições ambíguas foram um catalisador para a crise no seu governo. A falta de comprometimento e de um rumo em sua política fez crescer a desconfiança em torno de sua figura como podemos perceber neste relato de Amaral Peixoto, então Presidente do PSD na década de 1960:

Jango sempre me tratou muito bem. Embora desconfiasse muito de mim. Ele tinha receio do PSD, achava que éramos umas "raposas" prontos a iludi-lo, a fazer qualquer manobra para deixa-lo mal. Mas a verdade é que ninguém tinha confiança no Jango, ele não chegou a se impor no país. Eu não tinha nenhuma má vontade com ele e procurei ajudá-lo o mais que pude, mas as pessoas de certa responsabilidade que iam conversar com ele voltavam desorientadas porque ele caminhava numa direção e depois mudava. Depois de dar absoluta tranqüilidade a uma pessoa, no dia seguinte dava uma entrevista, fazia uma proclamação ou recebia um conjunto de líderes sindicais e dizia justamente o contrário. Além disso, ninguém o respeitava. Uma vez, numa reunião com os portuários, o Jango quis voltar atrás numa coisa qualquer, e o Pernambuco, que era um líder portuário; disse: "Jango, tu 'tá me faltando com a palavra!." Um portuário dirigir-se dessa forma ao presidente da República?! Quando é que um deles pensaria em dizer isso ao dr. Getúlio?! (CAMARGO et al., 1986, p. 454)

Esta visão era compartilhada por vários políticos e membros do governo. José Maria Alkmin, figura ilustre do PSD, diria que a divisão de opiniões que era observada no Brasil naquela época partia do Presidente: “O Jango é um homem que não monologa. Ele dialoga consigo mesmo”. (CASTELLO BRANCO, 1975, p. 40).

O fato mais interessante é que isto não ocorria apenas com as forças que se apresentavam no centro ou à direita do espectro político na época. Partidos e personalidades de esquerda, identificados com as ideias presidenciais, também sofriam o desencontro de informações que João Goulart mostrava e passaram a ver com descrédito o governo. Leonel Brizola, cacique do PTB, certa vez, ao contar a quantidade de contradições nos discursos de Jango, contabilizou quatorze apenas em uma fala após uma reunião ministerial. (CASTELLO BRANCO, 1975). Surgia assim, uma desconfiança entre Jango e as esquerdas do país:

Nos círculos governamentais atribuem-se as dificuldades que depara o Presidente João Goulart a dois fatores principais, agravados por um terceiro, mais recente. [...] O terceiro fator, mais recente, é o que representa a desconfiança das elites dirigentes dos diversos núcleos esquerdistas do país com relação à idoneidade e eficiência do Governo do sr. João Goulart. (CASTELLO BRANCO, 1975, p. 32)

Suas posições, ou a falta delas, começaram a afastar o PSD do governo. Componente da chapa com o PTB desde Juscelino, as figuras mais importantes do partido começaram a se opor ao governo. Castello Branco (1975) exporia que apesar da tentativa de conciliação entre o Presidente do Partido Ernani do Amaral Peixoto e o Presidente João Goulart, a crise

prosseguiu na bancada com vários parlamentares articulando um bloco independente para fixar condições mínimas para a manutenção do apoio do PSD ao Presidente.

Com a perda de apoio político causada por sua inabilidade política e decisões ambíguas, Jango começou a colocar a culpa, que ora foi direcionada para o parlamentarismo, no Congresso Nacional:

O Presidente tem confessado sua perplexidade diante das estreitas perspectivas que divisa e manifestado suas apreensões quanto aos rumos a seguir para abrir horizontes mais amplos e positivos para seu governo. A tendência do sr. João Goulart é obviamente de atribuir ao Congresso a responsabilidade pela ineficácia da administração pública e talvez, nesse rumo, venha a encontrar seu próprio caminho político, arriscado, imprevisível, denunciando obstáculos colocados pelo Legislativo aos seus compromissos com as massas trabalhadoras. (CASTELLO BRANCO, 1975, p. 31).

Sem apoio do Congresso e com uma esquerda que não confiava em sua figura, para conseguir implantar suas reformas, João Goulart teria então que ampliar e fortalecer os poderes presidenciais. Mas não conseguiria isso, pelas vias legais dialogando com os partidos. Iniciou então uma jogada perigosa como forma de pressionar o Congresso à aprovar suas medidas: a mobilização das massas.

Começou assim uma ampla campanha reformista tendo a reforma agrária como principal foco. Além disso, organizou vários comícios pelo Brasil com o intuito de mostrar apoio popular aos seus planos para tentar aprovar seus projetos em um Congresso hostil. Após vários destes comícios, Jango concluiu que “nenhum objetivo será atingido através da política fisiológica de agrado do PSD e de certas correntes do PTB, mas sim através de mobilização autenticamente revolucionária” e que seu poder no Congresso viria de “bases coerentes” e “organizações sindicais de massas devidamente prestigiadas”. (CASTELLO BRANCO, 1975, p. 41).

Nasceu então o que Castello Branco (1975) chama de teoria do dique que preconiza que a presença do Presidente no controle da campanha pelas reformas equivale a um dique sendo ela que contém os impulsos revolucionários dos trabalhadores e dos sindicatos. Isto retiraria das organizações de esquerda o protagonismo das reformas e apaziguaria a direita, já que o comando delas estava a cargo do Presidente.

A oportunidade de que Jango precisava veio no fim de 1963. No dia 11 de setembro, o STF confirmou uma decisão do TRE gaúcho contra a posse de um sargento que fora eleito naquele ano - pela Constituição de 1946, os praças não poderiam ser eleitos. Essa decisão causou uma rebelião de sargentos em Brasília com a ocupação por eles de diversos prédios

públicos e a detenção de vários oficiais militares, um deputado federal e um ministro do STF. A rebelião foi controlada no mesmo dia e vários militares foram presos.

Duas semanas depois, Carlos Lacerda da UDN, daria uma entrevista ao jornal Los Angeles Times em que ele acusa Jango de ser uma versão “comunista de um totalitário à moda sul-americana”. Atacou também os ministros militares que para ele adotavam “posturas hesitantes”. (LACERDA, [2015]).

No meio disto tudo, o país ainda enfrentava uma greve dos bancários que já durava dez dias e existia a ameaça de uma greve geral em represália à intransigência dos banqueiros.

Com o argumento de que o país precisava de estabilidade naquele momento, tendo em vista a sublevação dos sargentos, a greve e a explosiva entrevista de Lacerda, que foi considerada um indício de golpe de estado, Goulart encaminhou no dia 4 de outubro o pedido de decretação de Estado de Sítio.

O Estado de Sítio era o que Jango precisava naquele momento. Com uma base pequena no Congresso, a medida de exceção daria mais poderes ao Presidente, permitindo que ele intervisse em alguns estados – Guanabara e São Paulo principalmente, já que eram governados por políticos que faziam uma oposição radical contra ele. Poderia também prender opositores e até realizar mudanças na Constituição, facilitando a realização de sua reforma agrária, permitindo que os sargentos pudessem se eleger e permitindo a reeleição do Presidente – grande sonho de Goulart. (VILLA, 2014).

Junto ao Presidente estavam os Ministros militares que também sofreram ataques de Lacerda em relação à suas posturas coniventes com o “comunismo”. Com o apoio destes, Jango tinha o que sempre lhe faltou: apoio militar. Ele não contava, porém que seria a vez do Congresso, com a união da UDN, PSD e até parte significativa do PTB, barrar seu pedido.

Para os políticos mais antigos que já vivenciaram várias crises e sabiam como se dava a influência dos Ministros militares no governo e as aspirações de Presidentes ambiciosos, o que estava em curso era uma tentativa de golpe que se frustrou pela resistência bem realizada da Oposição à direita e à esquerda do Presidente. (CASTELLO BRANCO, 1975).

Após a rejeição do Estado de Sítio pelo Congresso, Castello Branco, que era um jornalista político famoso e de credibilidade, após uma análise dos fatos e conversa com fontes de dentro do Governo e da oposição, escreveria o seguinte em sua coluna no Jornal do Brasil:

1 - O presidente não foi apenas o encaminhador do estado de sítio. Ele queria o sítio e inspirou sua solicitação, talvez quem sabe – que o diga o sr. Abelardo Jurema –

pelo processo subliminar. E tinha um fim específico: prender os Governadores da Guanabara e de São Paulo, fazendo-os julgar por um Tribunal Militar como conspiradores, despidos das imunidades. Quando o substitutivo Vieira de Mello deixou claro que a Câmara não aceitaria a jurisdição militar para os crimes capitulados na Lei de segurança nem se conformaria com a supressão do *habeas corpus*, o estado de sítio deixou de interessar ao Presidente, pois transformaria numa medida de fortalecimento dos chefes militares para a contenção das greves e repressão das manifestações dos sargentos.

2 – Os chefes militares, uma vez posta a hipótese de sítio, aceitaram-na e por ela se interessaram: o sítio lhes daria poderes necessários para resolver os problemas internos das Forças Armadas, para conter a desordem nas ruas, que parecia iminente com as greves desencadeadas e, finalmente, para reprimir a conspiração na qual acreditam implicados os Governadores da Guanabara e de São Paulo. (CASTELLO BRANCO, 1975, p. 90).

Após o veto à tentativa de se tornar um Presidente como Getúlio foi durante o Estado Novo, João Goulart ficou bastante enfraquecido e com suas bases bem diminuídas. Para não passar o resto de seu mandato apenas cumprindo o calendário e deixar sua marca na história do país, ele teria que optar por uma aliança com um dos dois lados do espectro político. Escolheu a esquerda radical.

O ano de 1964 se iniciou com o PSD e a UDN e outros partidos políticos como o PSP de Adhemar de Barros na oposição ao governo. Juntos eles constituíam a maioria no Congresso e barrariam qualquer tentativa de mudança da Constituição ou medida que possuísse um caráter autoritário que Jango enviasse. Isso explica a opção de Jango pela esquerda, que daria a ele um contato maior com as massas e com organizações de esquerda, pressionando o Congresso a votar seus projetos.

A nomeação do General Assis Brasil para o Gabinete Militar logo após o frustrado pedido de sítio já sinalizava que o Presidente iria tomar os rumos da esquerda. Assis Brasil, militar notadamente de esquerda, foi um dos principais articuladores da aproximação entre João Goulart e Leonel Brizola que trouxe ao Presidente o apoio da esquerda radical. (CASTELLO BRANCO, 1975).

Apoiado sobre a teoria do dique, o Presidente, junto com seu ex-Ministro da Fazenda San Thiago Dantas, começou a articular a Frente Única, movimento de apoio às suas Reformas de Base que abrangeria toda a esquerda radical e moderada. Para isso, no início de 64, iniciou contato com Luiz Carlos Prestes, chefe do Partido Comunista que ainda era ilegal, várias centrais sindicais como o CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e a UNE (União Nacional dos Estudantes).

Os objetivos da Frente Única se dividiam em três grandes partes:

A primeira dizia respeito às emendas constitucionais, prevendo entre outros pontos a extensão do direito de voto aos analfabetos e a todos os militares, sem exceção [...]

A segunda parte, relativa às leis ordinárias, previa diversas alterações na legislação brasileira. Entre elas destacavam-se a legalização do PCB, a promoção para os sargentos das forças armadas, a extensão do direito de sindicalização aos servidores públicos, [...]. Afora esses pontos, o programa referia-se também à limitação percentual do investimento estrangeiro nos setores básicos da economia, à criação do Ministério dos Transportes (unificando os sistemas ferroviário, marítimo, aéreo, fluvial e rodoviário) e à nacionalização das empresas de publicidade. A última parte, relativa aos atos do Poder Executivo, subdividia-se em seis itens: política agrária, política de comercialização agrícola, política habitacional, política econômico-financeira, política educacional e política externa [...]. (FRENTE, 2001).

Formada a Frente Única, Goulart precisava agora mobilizar as massas o mais rápido possível pois, em sua visão, se deixasse para tomar a iniciativa das Reformas para depois de março, o início das pré-candidaturas à Presidência nas eleições de 1965, nesta época do ano lhe roubariam o plano reformista, diminuindo as chances do Congresso aprovar algo até a eleição do novo Presidente. (CASTELLO BRANCO, 1975).

Para isso, participou de vários comícios organizados principalmente pelo PCB e pelos sindicatos nos meses de fevereiro e março com a finalidade de pressionar o Congresso a aprovar as reformas.

Em clara demonstração de força e tentativa de intimidar o Congresso e os partidos políticos, principalmente o PSD que tinha força para desequilibrar a balança das votações no Congresso, Jango marca um comício para o dia 13 de março na região da Central do Brasil no Rio de Janeiro. A data foi estrategicamente escolhida já que o Congresso iniciaria suas atividades do ano no dia 15 de março. Nesse mesmo dia, Jango assinaria dois decretos: um de encampação de refinarias de petróleo que ainda não pertenciam à Petrobras, o outro da Superintendência da Reforma Agrária, desapropriava terras improdutivas que se localizavam à beira de estradas e ferrovias federais. Segundo Bueno (2003, p. 362), Jango “deu, naquele instante, a guinada à esquerda que, de certa forma, ele próprio temia e até então evitara.”

O principal motivo da deposição de Jango, no entanto, não seria a instabilidade política que ele causou e sim suas decisões na parte social.

4.1 Aspectos Sociais

Neste subcapítulo, iniciarei com um breve relato sobre as principais organizações sociais daquele período para deixar o leitor situado em relação a elas quando forem comentadas aqui. Logo após, farei a exposição sobre os atos de João Goulart.

A partir do fim de 1961, coincidentemente o início do Governo de João Goulart, os movimentos sociais de esquerda com influências diretas e indiretas das ideias comunistas começaram a se expandir, tornando-se mais uma preocupação da sociedade daquela época.

A maioria das organizações não receberiam apoio direto do Presidente por serem demasiado radicais, entretanto, o apoio que ele deu a algumas como os sindicatos dos sargentos, foi o ponto que decidiu o azar de seu governo.

As Ligas Camponesas, que desde sua criação no Governo Juscelino até meados de 1961 ainda adotavam um viés legalista, tiveram no fim deste mesmo ano seu ponto de inflexão.

Com a viagem de Francisco Julião para Cuba, ainda em 1961, o líder do movimento voltou com a cabeça feita pelos dirigentes da ilha. O legalismo das Ligas daria espaço agora para uma ideia socialista de coletivização da reforma agrária: os camponeses teriam um papel principal na revolução socialista com a luta de guerrilhas crescendo de importância. (GORENDER, 1987).

Maior mostra de organização dos trabalhadores rurais foi a realização do Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em novembro de 1961 em Belo Horizonte. O Congresso aprovou uma declaração que propôs:

Uma reforma agrária camponesa radical. Estabeleceu o teto de quinhentos hectares para a propriedade rural, recomendou a reforma constitucional para a realização das desapropriações e definiu a redistribuição das terras desapropriadas sob forma de propriedade camponesa, individual ou associada, e sob forma estatal. (GORENDER, 1975, p. 43).

Contou, ainda, com a presença do Presidente da República e do Primeiro-Ministro em seu encerramento, demonstrando certo apoio ao movimento, algo imprudente para a época tendo em vista a crescente polarização da sociedade brasileira e o predomínio de comunistas e representantes das Ligas de Julião no Congresso.

As relações entre as Ligas Camponesas e o governo comunista de Cuba foram ficando cada vez mais estreitas. Em novembro de 1962, quando um Boeing 707 da Varig caiu perto de Lima matando toda sua tripulação e passageiros, foram encontrados nos destroços vários documentos que comprovavam a ligação entre as Ligas e o governo cubano. (DUMONT, [2002]).

Ainda naquele mesmo ano, em dezembro, órgãos de segurança descobriram um campo de treinamento de guerrilha em Dianópolis, Goiás, prendendo vários militantes do MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes, braço político das Ligas. (GORENDER, 1987).

Por causa de sua radicalização e da sindicalização dos trabalhadores rurais, as Ligas foram perdendo força no fim do governo João Goulart, sem deixar, porém de influenciar na vida social do país.

A AP (Ação Popular) é outra organização de esquerda, de caráter socialista que surgiu no Governo João Goulart. Nascida a partir das mudanças na Igreja Católica no pontificado de João XXIII, foi lançada em junho de 62 em um Congresso em Belo Horizonte com a opção clara pelo socialismo. Logo veria nos estudantes universitários sua maior força, influenciando, a UNE naquele período. Gorender (1987, p. 37) ressaltaria que “no começo dos anos 60, a AP se afirma como corrente forte e as diretorias eleitas, de 1961 a 1963, sob a presidência dos militantes da AP Aldo Arantes, Vinicius Caldeira Brant e José Serra, vão sair da aliança entre a AP e o PCB”.

A AP seria ainda uma das organizações que ajudariam, indiretamente, João Goulart nas suas campanhas pelas Reformas de Base visto que tinha uma grande capacidade de atuação nos movimentos das massas. (GORENDER, 1987).

Dono de uma personalidade forte e de um estilo ambicioso que o fazia parecer mais um dos caudilhos populistas da América do Sul, Leonel Brizola, foi uma das lideranças da esquerda que mais influenciou as massas e causou instabilidade política. Casado com a irmã de João Goulart, nem sempre ficou de acordo com a política levada pelo cunhado, mas no fim sempre o apoiou e sempre incitou as massas a favor das ideias populistas de esquerda do Presidente.

Filiado desde 1945 ao PTB, Brizola cresceu politicamente nas décadas de 50 e 60, tendo se tornado Governador do Rio Grande do Sul em 1958. Neste cargo, Brizola se tornou o principal bastião da legalidade em 1961 quando Jânio Quadros renunciou e os Ministros militares ameaçaram não aceitar a posse de Goulart na Presidência. Sua cadeia da legalidade mobilizou a população e o Comando do III Exército sediado em Porto Alegre a apoiar a posse do Vice-Presidente de acordo com a Constituição de 1946. (LEONEL, 2001).

Com a polarização cada vez maior do Brasil, Brizola idealiza e cria, a partir do fim de 1963, o Grupo dos Onze para organizar um possível emprego das massas em um eventual golpe de esquerda. Esses grupos, segundo um dossiê feito pelo Exército, descoberto pela rádio CBN:

Constituíam a célula de um grande contingente, no qual seriam arrematados homens das mais variadas categorias e profissões para servirem de instrumento a um pseudo líder, Leonel Brizola, em sua política de subversão do regime e implantação de um Governo de tendências antidemocráticas. (MEMÓRIA, 2013).

Neste dossiê, em alguns trechos são mencionadas várias ações extremamente radicais e perturbadoras que os integrantes deveriam realizar em um eventual emprego do G-11:

Os reféns devem ser sumariamente e imediatamente fuzilados, a fim de que não denunciem seus aprisionadores e não lutem posteriormente para sua condenação ou destruição. [...] os camponeses, dirigidos por nossos companheiros, virão destruindo e queimando as plantações, engenhos, celeiros, depósitos de cereais e armazéns gerais. [...] a agitação será nossa aliada primordial e deveremos iniciá-la nos veículos coletivos, à hora de maior movimento, nas ruas e avenidas de aglomeração de pedestres, próximo às casas de armas e munições e nos bairros eminentemente populares e operários [...] Desses pontos, à sombra da massa humana, deverão convergir os G-11 especializados em destruição e assaltos, já comandando os companheiros e com outros se ajuntando pelas ruas e avenidas para o centro da cidade, vila ou distrito, de acordo com a importância da localidade, depredando os estabelecimentos comerciais e industriais, saqueando e incendiando, com os molotovs e outros materiais inflamáveis, os edifícios públicos e os de empresas particulares [...]. (USTRA, 2013, p. 79).

O PCB continuou a atuar mesmo na ilegalidade. Na verdade, segundo Gorender (1987, p. 46), no período de 1958 a 1964, o Partido “converteu-se numa organização com capacidade decisória, apesar da quase ausência de expressão eleitoral, uma vez que não conseguiu recuperar o registro de partido legal” Ou seja, o PCB continuou fazendo seu trabalho de influência das massas, seja com a infiltração na diretoria da UNE e na dos sindicatos, seja com a adesão à suas proposições nas Ligas Camponesas.

No fim de 1962, o partido, seguindo a crítica feita pelos seus delegados na Quarta Conferência Nacional, se afastaria do Governo do Presidente João Goulart por achá-lo muito de direita. No entanto, no fim de 1963, com o pedido de sítio frustrado e a formação da Frente Única congregando todas as forças de esquerda, o PCB voltaria a apoiar o Presidente, com a contrapartida do apoio do mesmo à volta do PCB à legalidade.

É neste ambiente de efervescência das ideias revolucionárias que João Goulart governou, às vezes acenando para a direita, apenas para apaziguá-la, às vezes entrando em conformidade com a esquerda, real lugar das ideias do Presidente.

João Goulart sempre se identificou com a esquerda. Filiado desde 1946 ao PTB, tinha uma relação bem forte com Getúlio Vargas, seu contrerrâneo. Sua projeção nacional e seu envolvimento com as massas só se iniciaria, efetivamente com sua nomeação para o Ministério do Trabalho em 1953 que deixou de uma forma polêmica no ano seguinte após propor um aumento de 100% no salário-mínimo. (JOÃO, 2001).

Quando se tornou Presidente em setembro de 1961, João Goulart, aceitou o parlamentarismo pois sabia que não tinha outra saída e que, futuramente, poderia pleitear a volta do presidencialismo e a restituição de seus poderes.

Neste momento, João Goulart contava com uma base sindical forte e grande apoio popular. A Campanha da Legalidade liderada por Brizola a partir do Rio Grande do Sul, foi o desequilibrador da balança pois garantiu o apoio militar que o Presidente necessitava para enfrentar os Ministros militares de Jânio Quadros.

O Brizola era radicalmente contrário ao parlamentarismo: queria a posse do Jango, pura e simples, dentro do regime presidencialista. Agora, não há dúvida de que a posição que ele tomou no Rio Grande foi decisiva. Depois do seu pronunciamento o III Exército, que era em sua maioria formado por gaúchos, aproximou-se desse ponto de vista e enfraqueceu a posição dos três ministros militares. [...] a posição inicial do Brizola foi decisiva, isso é inegável. Se ele não tivesse tomado aquela atitude, a posse teria sido muito difícil. Isso lhe deu de fato muita força junto ao Jango. (CAMARGO et al, 1984, p. 450).

Após este acontecimento, João Goulart nunca mais perderia o apoio de Brizola. Mesmo com algumas discordâncias em relação às alianças políticas e à política econômica, sempre que João Goulart se voltava para a esquerda para aumentar seu apoio popular, Brizola estava lá, ajudando-o a regimentar as massas.

Como o governo parlamentarista retirou os poderes do Presidente, João Goulart, logo montou uma estratégia de aumentar seu apoio popular como forma de pressionar o Congresso a antecipar o plebiscito sobre o parlamentarismo. Para isso, Jango reforçou suas ligações com os sindicatos, que se tornavam a principal forma de manipulação das massas naquela época.

A atividade dos sindicatos nunca foi tão forte quanto no Governo de João Goulart. A proximidade do Presidente, a participação do PTB no primeiro escalão do governo e a posse do Ministério do Trabalho pelo partido desde 1953 fizeram com que o Partido Trabalhista criasse vínculos fortes com os trabalhadores. Vínculos esses que seriam aproveitados por Goulart em sua estratégia de aumento de poder.

Em 1961, vários sindicatos foram criados. Muitos diretórios estavam sob a influência direta dos nacionalistas, fazendo com que os sindicatos e as massas defendessem posições que não necessariamente representavam o desejo dos trabalhadores. Foi organizada também a Central Geral de Greve (CGG), representando um passo importante para a organização sindical e a utilização das massas de trabalhadores para exercer pressão no Congresso. (GORENDER, 1987).

O Partido Comunista Brasileiro também marcava presença nos sindicatos. A infiltração que começou ainda na década de 50, se mostrou extremamente efetiva no período de 1961 a 1964.

Em junho de 1962, ainda no governo de Tancredo Neves, Jango faria um discurso em Volta Redonda criticando o gabinete parlamentarista em relação à forma com que eles estavam resolvendo a questão da reforma agrária iniciando o discurso do “eu estou com vocês e o Congresso está contra”.

Com a queda do gabinete de Tancredo e o impasse criado na sucessão, os sindicatos entraram em ação. Ao ser indicado Auro de Moura Andrade para Presidente do Conselho de Ministros, o CGG convocou uma greve para impedir sua nomeação para o cargo. A greve atingiu todos os setores do serviço público, forçando o Congresso a aprovar o nome de um trabalhista, alinhado com o pensamento de Jango, para o cargo. Jacob Gorender relataria que:

a greve foi praticamente completa nos serviços públicos, nas empresas estatais, no setor bancário, mas parcial, embora com elevados percentuais, em outros setores da empresa privada. Durante seu transcurso, estabelecimentos comerciais no Rio e na Baixada Fluminense sofreram ataques, dando lugar a conflitos com mortos e feridos. (GORENDER, 1987, p. 43).

Dois meses depois, com a tentativa de Brochado da Rocha de antecipar o plebiscito sobre o parlamentarismo para outubro daquele ano e sua renúncia após a recusa do Congresso, os sindicatos convocaram outra greve para pressionar o Congresso. A estratégia novamente se mostrou efetiva e apesar de mantida a saída do Primeiro-Ministro, o plebiscito foi antecipado para janeiro do ano seguinte.

Todos estes acontecimentos ajudavam a criar um clima de instabilidade social no país e o Presidente que deveria ser uma figura conciliadora com competência política para mediar os conflitos, era um dos principais incentivadores das greves gerais. Sobre isso, Gorender (1987, p. 44) afirma que: “Em ambas as greves nacionais houve coordenação direta de Jango e a liderança dos trabalhadores, embora estes avançassem além do limite desejável para o Presidente”. Utilizando-se da teoria do dique, Goulart não se responsabilizaria por excessos cometidos pelos grevistas, mas era um dos principais organizadores das paralisações.

Com a volta do Presidencialismo em 1963 e o lançamento do Plano Trienal, João Goulart se afasta temporariamente das bases populares e das organizações sindicais tendo em vista o caráter estabilizador e recessivo do plano. Após a tentativa de implantação do Estado de Sítio ser impedida pelo Congresso e seu consequente isolamento no espectro político,

Goulart se volta de novo para as esquerdas, só que dessa vez, muito mais do que antes. As consequências disto seriam trágicas para ele.

Tendo em vista a criação da Frente Única, Goulart inicia sua tentativa de organizar e unificar todas as esquerdas em um só movimento. Dentro de seus planos estava também o apoio do Partido Comunista Brasileiro de Prestes. A relação entre o Presidente e o PCB nunca foi ruim. O partido foi o único que sempre o apoiou, entendendo que seu governo propiciava uma passagem rápida para o estágio da revolução nacional e democrática de cunho anti-imperialista que precedia o da revolução socialista.

No início de 1964, o Presidente iniciou conversas com o Presidente do PCB, Luís Carlos Prestes e seus representantes sobre o apoio do Partido ao governo e sua integração à Frente Única. É impressionante verificar que Jango deixava de lado a legalidade para arregimentar apoio em todas as esferas políticas, tendo em vista a clandestinidade do PCB desde 1947. Castello Branco, em sua coluna no Jornal do Brasil, relata um encontro entre João Goulart e Prestes no dia 5 de fevereiro de 1964:

A conversa, que seria oficialmente coberta pelas gestões em torno do programa mínimo do professor San Thiago Dantas, é a primeira que se realiza entre ambos sem as reservas habituais a um encontro entre o Chefe do governo e o chefe de uma facção política de existência clandestina. Como se sabe o primeiro item do esquema San Thiago é a legalização do PC, fato que poderia justificar a entrevista marcada para ontem na Guanabara. O sr. Luís Carlos Prestes, como não se ignora nos meios políticos, vem de outros contatos com o Presidente da República e também não é segredo que dos grupos de esquerda é o Partido Comunista o mais compreensivo para com a política do sr. João Goulart. (CASTELLO BRANCO, 1975, p. 176).

No dia 7 de fevereiro, o Partido Comunista informaria que “o programa mínimo de San Thiago Dantas tem muita viabilidade” e que o PCB “se encarregaria de dar substância ao esquema do Professor San Thiago Dantas, manipulando-o no interesse da Frente Progressista governamental e anti-sucessória”. (CASTELLO BRANCO, 1975, p. 178). Estava selado o apoio incondicional do PCB a Jango. O Partido, ainda, ajudaria a organizar vários comícios que Jango participaria pelo Brasil. Entre eles, estava o comício da Central do Brasil no dia 13 de março de 1964.

A data foi escolhida por ser dois dias antes do início dos trabalhos do Congresso Nacional. O comício, que um mês antes já estava sendo comentado nos jornais, serviria para mostrar ao Congresso o forte apoio popular que João Goulart tinha e pressionar os parlamentares a aprovar as reformas propostas pelo Presidente.

Organizado e patrocinado tanto pelo PCB como por entidades que sofriam influência direta dos comunistas como a UNE, o CGT, a POLOP e a AP, o comício reuniu mais de cem

mil pessoas. Nele, o tom radical esperado, tendo em vista as forças que o compunham, predominou. Vários cartazes e faixas que os presentes levaram exibiam frases que iam contra os princípios democráticos: “ Os trabalhadores querem armas para defender o governo”; “Jango, assine as reformas que nós faremos o resto”; “ Chega da bagunça apelidada de democracia”; “Jango, assine o atestado de óbito de Lacerda”. (VILLA, 2014, p. 45)

No comício, várias figuras representativas da esquerda como presidentes de sindicatos, políticos do PTB e representantes do CGT e da UBES tiveram seu espaço para discursar. O destaque ficou para as falas de Brizola e de Jango.

O discurso de Brizola foi o mais radical. Começou pregando “a necessidade de uma saída pacífica para o impasse que chegamos”, mas logo depois, atacou o Congresso falando que é “um poder controlado por uma maioria de latifundiários, reacionários, privilegiados e de ibadianos”, continuou dizendo que o Congresso “já não se identifica com as aspirações do povo brasileiro” e que “como está não dá para continuar”. Concluiu dizendo que o país precisava de “uma constituinte para a eleição de um Congresso popular, um congresso onde se encontrem trabalhadores e camponeses, onde se encontrem sargentos e oficiais nacionalistas”. (VILLA, 2014, p. 46; CASTELLO BRANCO, 1975, p. 259)

Jango, que foi o último a discursar, falou por pouco mais de uma hora. Defendeu a mudança da Constituição: “Não receio ser chamado de subversivo por proclamar a necessidade da revisão da atual Constituição da República, que não atende aos anseios do nosso povo”; a assinatura do Decreto da SUPRA: “Reforma Agrária com pagamento prévio em dinheiro não é Reforma Agrária, como consagra a Constituição, é negócio agrário que interessa apenas ao latifundiário”; a encampação das refinarias particulares: “A partir desta data, trabalhadores brasileiros, a Ipiranga, Capuava e outras pertencem ao povo, porque pertencem ao governo” e a reforma eleitoral: “Nessa reforma, propugnamos principalmente, democraticamente, fundamentalmente, que todo alistável deve ser elegível e, portanto, tratado como tal.” (CASTELLO BRANCO, 1975, p. 262-266).

O problema em torno do comício do dia 13 não foi a fala de João Goulart pois todas estas bandeiras já estavam sendo defendidas publicamente pelo seu governo desde o final do ano anterior. O que realmente causou impacto foi o Presidente participar de um encontro de tamanho teor radical, organizado por comunistas e nacionalistas revolucionários que ao manipular os trabalhadores ali presentes, passavam claramente a percepção de que um golpe estava armado e que estava muito próximo de ser efetivado.

Segundo Castello Branco (1975) em sua coluna no Jornal do Brasil, o comício da Central foi o ponto de inflexão no qual o movimento constituído por alguns militares contra o

governo Jango passou da defensiva para a ofensiva, passando a coordenar forças para resistir a um futuro golpe de estado por parte do Presidente.

A impressão da elaboração de um golpe por parte de João Goulart não se baseava apenas em suposições. No período que foi do comício da Central até sua deposição, vários fatos convergiram para que as forças militares e civis que se juntaram tirassem estas conclusões.

No dia posterior ao comício, o General Assis Brasil, em um churrasco em Brasília onde estavam presentes apenas o Presidente e os membros do Gabinete Militar, afirmou que, dependendo do eleito em 1965, ele poderia intervir na eleição, não garantindo o processo democrático:

O General foi franco e informal, de acordo, aliás, com o ambiente. [...] Teria começado por lembrar ao sr. João Goulart que uma velha amizade os une ao longo do tempo. [...] O dispositivo militar estava preparado para dar cobertura ao Presidente no prosseguimento de suas políticas progressista, de reformas. E asseguraria ao Governo tranquilidade para o resto do seu período, inclusive para dar posse ao Presidente que for eleito. [...] Mas o sr. Carlos Lacerda, não. Se ele ganhar, será uma vitória imposta pelos grupos econômicos, pelas forças reacionárias. E essas não voltarão a prevalecer no país. (CASTELLO BRANCO, 1975, p. 199).

No dia 24 daquele mês, o periódico *Novos Rumos*, publicaria uma entrevista de Prestes falando sobre a atuação do Presidente no comício, deixando claro que ele estava se colocando como líder de um processo revolucionário e sobre o significado e o impacto que aquele movimento teve no processo revolucionário da esquerda. A forte ligação desenvolvida entre o PCB e o governo dá o devido amparo ao que foi relatado:

O comício do dia 13 último foi um acontecimento político de grande e profunda significação para todo o desenrolar dos acontecimentos de nossa pátria. A significação política desse comício será verificada na prática dos próximos meses, talvez mesmo das próximas semanas ou dos próximos dias. Já nos dias de hoje estamos sentindo as consequências daquele grande acontecimento; naquele comício, o povo, os trabalhadores, os patriotas e democratas unidos em ação vieram à rua para dizer o que querem, para expor os seus pontos de vista e para particularmente, perguntar ao Presidente da República se está disposto a colocar-se a frente do processo democrático e revolucionário que avança. E as massas puderam naquele dia tomar conhecimento de alguns atos do Presidente da república, conhecer suas palavras em discurso que, sem dúvida alguma, podemos chamar de memorável. Porque, naquele dia, o Presidente João Goulart, com os atos que assinou e as palavras que enunciou, disse ao povo brasileiro que quer assumir a liderança do processo democrático em desenvolvimento em nosso país. (NOVOS RUMOS, n. 264, 20 mar. 1964).

Ainda no dia 24, O Comando Nacional dos Grupos dos Onze, com a presença de sargentos e praças nacionalistas e Brizola, considerou que existia a maior probabilidade de um

golpe vir por parte de Jango e que as forças da esquerda deveriam aproveitá-lo para iniciar uma revolução. (GORENDER, 1987).

No dia 29, um trecho da coluna de Castello Branco no Jornal do Brasil sintetizaria bem a situação pela qual o país estava passando naquele momento: “se não ocorrer um milagre, nos próximos dias, senão nas próximas horas, o sr. João Goulart, ainda que não o queira, cobrirá os objetivos que lhe são atribuídos de implantar no país um novo tipo de República” (CASTELLO BRANCO, 1975, p. 216-217),

Apesar da instabilidade que o Presidente provocou convocando as massas e fazendo uma aliança com a esquerda radical e suas organizações revolucionárias, o que realmente levaria os comandantes militares a se posicionarem contra Goulart e seu governo tomando atitudes enérgicas e culminando com o deslocamento de tropas e a consequente deposição do Presidente foi o envolvimento dele na sindicalização e sublevação dos sargentos das forças Armadas. Sua conivência com a indisciplina e incitação à quebra da hierarquia, principalmente na Marinha foi o ponto de inflexão, para a oficialidade das Forças Armadas passarem a apoiar o golpe contra Goulart. O “milagre” de que Castello Branco mencionou foi uma consequência direta das ações do Presidente.

A sindicalização dos sargentos e praças das Forças Armadas iniciou-se em março de 1962 quando foi criada a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), influenciada diretamente pelo Partido Comunista Brasileiro e pelas organizações revolucionárias como a POLOP.

A primeira rebelião dos praças ocorreu em 12 de setembro de 1963. Nesta data, mais de 600 militares da Marinha e da Aeronáutica se rebelaram contra a decisão do Supremo Tribunal Federal de manter inelegível um sargento que fora eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul. A Constituição de 1946 declarava inelegíveis “os praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior”.(BRASIL, 1946).

Nesta rebelião, eles se apoderaram do prédio do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), da Estação Central da Rádio Patrulha, do Ministério da Marinha, da Rede Nacional e do Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos. Muitos oficiais foram presos e levados para a Base Aérea de Brasília, destino, também, do Ministro do STF Vítor Nunes Leal. O deputado Clóvis Mota, presidente em exercício da Câmara dos Deputados também foi preso e levado para o DFSP. A Capital Federal ficou incomunicável com o restante do país durante o dia e a ordem só foi restaurada depois da intervenção de tropas do Exército. (A REVOLTA, 2001)

Apesar do apoio dos parlamentares da Frente Parlamentar Nacionalista composta por deputados e senadores de esquerda, o Presidente não se situaria à margem da Constituição, neste caso. A posição oficial do Governo neste caso seria de que ele considera justa a reivindicação dos sargentos mas exige que se acatem as decisões do Supremo. (CASTELLO BRANCO, 1975). O Governo adotaria outra postura face à segunda rebelião dos graduados das Forças Armadas.

Os marinheiros, no dia 25 de março de 1964, para comemorar os dois anos da AMFNB, convocaram uma manifestação na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio. Com a prisão de doze graduados que detinham a influência na organização, mais de 4.500 marinheiros abandonaram suas unidades, se reuniram na sede do Sindicato e permaneceram lá por quatro dias, exigindo que as punições fossem revogadas. O Almirante Sílvio Mota, Ministro da Marinha, ordenou a um contingente de cem fuzileiros navais que prendessem os insubordinados e, quando foi informado que vinte e três soldados deste efetivo decidiram aderir à revolta, pediu demissão do cargo por julgar não ser capaz de controlar o movimento. (GORENDER, 1987; VILLA, 2014).

João Goulart, ao invés de tomar atitudes rígidas no intuito de recuperar a hierarquia e a disciplina na Marinha, decidiu totalmente pelo oposto nomeando um Almirante notadamente de esquerda próximo do PCB e fruto de uma lista tríplice organizada pelo CGT para o Ministério. Paulo Mário da Cunha Rodrigues ao assumir o Ministério, chegou a comentar com um de seus oficiais que “é dura a luta contra o imperialismo agonizante”, (CASTELLO BRANCO, 1975, p. 215).

A insatisfação nas Forças Armadas crescia rapidamente com o ocorrido na Marinha. A manutenção do Almirante Aragão, instigador da revolta dos marinheiros, como comandante dos Fuzileiros Navais era algo que não estava sendo bem recebido pelos chefes das Forças.

O Presidente, então, acreditando no poder de seu dispositivo militar de conter qualquer revolta contra seu governo, numa atitude irresponsável, compareceu a uma reunião de Sargentos no Automóvel Clube que também contava com a presença de Cabo Anselmo, líder dos marinheiros revoltados, e do Almirante Aragão, o “Almirante do Povo”. Lá, leu um discurso escrito por Luís Carlos Prestes que mostrava o radicalismo e a sua displicência com a ordem nas Forças Armadas. Por improviso, ainda disse:

A crise que se manifesta no país foi provocada pela minoria de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patrícios nossos. Quem fala em disciplina, senhores sargentos, quem a alardeia, quem procura intrigar o Presidente da República com as Forças Armadas em nome da disciplina são os mesmos que, em

1961, em nome da disciplina e da pretensa ordem e legalidade que eles diziam defender, prenderam dezenas de sargentos. A disciplina se constrói sobre o respeito mútuo entre os que comandam e os que são comandados. [...] Senhores sargentos, que constituem um dos alicerces da nossa estrutura militar, a minha palavra, e meu apelo é para que os sargentos brasileiros continuem cada vez mais unidos, mais disciplinados naquela disciplina consciente, fundada no respeito recíproco entre os comandantes e comandados. [...] Os sargentos jamais aceitarão sectarismos, partam de onde partirem, porque o caminho que lhes é traçado é o caminho que me foi traçado também. (GASPARI, 2014, p. 66-68).

Esta incitação à indisciplina e à quebra da hierarquia nas Forças Armadas por parte do Presidente foi a gota d'água para os militares. No dia seguinte, o General Mourão já estaria com suas tropas a caminho do Rio de Janeiro, desencadeando o Movimento de 1964.

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste estudo possibilitou uma análise de como os atos e as decisões do Presidente João Goulart e seu governo influenciaram negativamente na sociedade brasileira naquela época, ajudando a aumentar uma crise econômica que já existia e criando uma crise política e social que culminou com sua deposição pelos militares em 1º de abril de 1964.

Com a análise dos antecedentes, percebeu-se que o Brasil recebido por João Goulart quando tomou posse no dia 7 de setembro de 1961 não era um país estabilizado. Uma crise econômica se iniciara por causa do desenvolvimentismo do governo anterior, muitas organizações de esquerda revolucionárias já operavam clandestinamente e os partidos políticos não entravam em um consenso junto ao Presidente anterior.

O Presidente que era para ser uma figura de conciliação, moderação e legalidade, se tornou outro ponto de instabilidade no Governo.

A quantidade de Ministros da Fazenda em pouco tempo (cinco em dois anos e meio) já mostra como o Governo não conseguia se decidir sobre uma política econômica sólida. O resultado desta indecisão veio nos indicadores econômicos que foram piorando com o passar do tempo fazendo o país quase entrar em recessão, algo que não acontecia há muito tempo.

Sua indecisão na área política, às vezes fazendo acenos com a direita, às vezes com a esquerda, mas nunca se comprometendo de fato até seu isolamento político no fim de 1963 foi outra característica do Presidente que gerava uma desconfiança dele por parte de toda a classe política, iniciando eventuais discussões para sua deposição.

Por fim, sua radicalização no fim do governo, apelando para organizações visivelmente comunistas como o PCB, O CGT a UNE e os sindicatos dos praças das Forças

Armadas para tentar pressionar o Congresso e compensar sua inabilidade política foi o principal fator de instabilidade no país que catapultou as chances de um golpe para assegurar a manutenção das instituições democráticas, a lei e a ordem.

Portanto, tendo em vista os objetivos propostos pela pesquisa que eram: Expor os antecedentes do Governo de João Goulart. Apresentar as medidas adotada pelo Presidente João Goulart nos aspectos: político, econômico e social. Analisar se as medidas adotadas pelo Presidente João Goulart contribuíram para construir um quadro de instabilidade econômica, política e social que necessitasse da intervenção do Exército Brasileiro para a restauração da ordem e a manutenção das instituições democráticas, pode-se concluir que o país já sofria de alguns problemas principalmente nas esferas econômicas, sociais e políticas. As ações e decisões tomadas pelo Presidente João Goulart, no entanto, ao invés de solucionar os problemas deixados pelos governos anteriores, ou pelo menos tentar, contribuíram decisivamente para o seu agravamento, o que necessitou da intervenção das Forças Armadas para trazer de volta o país ao estado de normalidade.

Há de se ressaltar, dada à importância do assunto ainda nos dias atuais, que os estudos sobre o tema não se esgotam por aqui. São necessários mais estudos pois a maioria dos trabalhos ainda estão contaminados com ideologia de esquerda ou de direita.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma História**: A incrível saga de um país. 2. ed. São Paulo: Ática, 2003.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A Verdade Sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. 9. Ed. Brasília: Ser, 2013.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**: As ilusões armadas. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

VILLELA, A. et al. **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

DA SILVA, L. H. D. **Ligas Camponesas do Brasil 1954 - 1964: Revolução Comunista na América Latina?** 2014. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Centro Universitário de Belo Horizonte – UNIBH, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://unibhri.files.wordpress.com/2015/06/tccii_luizenrique.pdf> Acesso em 10 maio 2018.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

WILLIAM, Wagner. **O Soldado Absoluto: Uma biografia do Marechal Henrique Lott**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BRITO, Marcello. **Atlas das Eleições Presidenciais no Brasil**. Disponível em: <https://sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais/1960>. Acesso em 14 maio 2018.

VICTOR, Mário. **5 Anos que Abalaram o Brasil: De Jânio Quadros ao Marechal Castello Branco**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1965.

CAMARGO, A. et al. **Artes da Política: Diálogo com Amaral Peixoto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à Brasileira – 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita**. 1. ed. Rio de Janeiro: Leya, 2014.

CASTELLO BRANCO, Carlos. **Introdução à Revolução de 64: Tomo 2 A queda de João Goulart**, 1. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

FONSECA, Pedro Cezar D. **Legitimidade e Credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart**. Estudos Econômicos, vol. 34, n. 3, pp. 587-622. 2004.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. H. **Fundamentos de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

WALTER MOREIRA SALES. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/walter_moreira_sales>. Acesso em 02 jun. 2018.

BROCHADO DA ROCHA. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/Brochado_da_Rocha>. Acesso em: 03 jun. 2018.

JOÃO GOULART. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_goulart>. Acesso em: 05 jun. 2018.

A REVOLTA DOS SARGENTOS. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_revolta_dos_sargentos>. Acesso em: 10 jun. 2018.

HERMES LIMA. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/hermes_lima>. Acesso em: 25 maio 2018.

PARLAMENTARISMO, SIM OU NÃO?. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao>. Acesso em 28 maio 2018

LEONEL BRIZOLA. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/leonel_brizola>. Acesso em: 06 jun 2018.

FRENTE ÚNICA. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-unica>>. Acesso em: 27 maio 2018.

Lacerda pede apoio dos EUA para Golpe. **Memorial da Democracia**. [2015]. Disponível em: <http://m.memorialdademocracia.com.br/card/lacerda-pede-apoio-dos-eua-para-golpe>. Acesso em 02 jun. 2018.

DUMONT, F. **Os Arquivos da Ditadura.** [2002]. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/noticias/2106-a-historia-do-terrorismo-no-brasil>>. Acesso em 02 jun. 2018.

MEMÓRIA 1964 - O Dossiê do Braço Armado de Brizola. **Grupo Terrorismo Nunca Mais.** [2013]. Disponível em: <<http://ternuma.com.br/index.php/2013-08-22-03-34-31/373-memoria-1964-o-dossie-do-braco-armado-de-brizola>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

NOVOS RUMOS. Rio de Janeiro: Aliança do Brasil LTDA, 1958-1964. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/novos/pdf/per122831_1963_00264.pdf>. Acesso em 10 jun. 2018.